

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and the number '19'.

EXERCÍCIO DE 2016

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ENTIDADE:

**SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CAMPO
MAIOR**

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CAMPO MAIOR

Balço individual em 31 de dezembro de 2016


(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2016 (1)	31/12/2015 (1)
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	5.869.385,23	5.832.957,64
Activos Intangíveis	6	3.025,00	3.025,00
Investimentos Financeiros	11,4	3.859,07	2.201,57
		<u>5.876.269,30</u>	<u>5.838.184,21</u>
Ativo corrente:			
Inventarios	7	7.331,91	7.599,55
Créditos a receber	11,1	37.738,42	40.794,48
Estado e outros entes públicos	13,1	17.997,70	7.935,87
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		5.732,00	6.589,00
Diferimentos	13,3	4.102,18	4.244,65
Outros ativos correntes	11,1+11,5	196.619,90	214.060,72
Caixa e depósitos bancários	4+11,2	63.150,89	35.017,34
	11,1	<u>332.673,00</u>	<u>316.241,61</u>
Total do Ativo		<u>6.208.942,30</u>	<u>6.154.425,82</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS :			
Fundos	13,4	1.246.994,74	1.246.994,74
Reservas	13,4	16.191,37	16.191,37
Resultados transitados	13,4	3.564.311,27	3.723.694,36
Outras variações nos Fundos Patrimoniais	9+13,4	359.889,48	245.232,18
		<u>5.059.284,84</u>	<u>5.072.729,56</u>
Resultado líquido do período	13,4	(128.102,02)	(159.383,09)
Total dos Fundos Patrimoniais		<u>5.059.284,84</u>	<u>5.072.729,56</u>
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	11,3	599.134,24	414.821,60
		<u>599.134,24</u>	<u>414.821,60</u>
Passivo corrente:			
Fornecedores	11,1	170.042,98	75.961,07
Estado e outros entes públicos	13,1	33.595,73	30.777,02
Financiamentos Obtidos	11,3	78.867,70	332.100,19
Outros passivos correntes	11,1+11,6	268.016,81	228.036,38
	11,1	<u>550.523,22</u>	<u>666.874,66</u>
Total do Passivo		<u>1.149.657,46</u>	<u>1.081.696,26</u>
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		<u>6.208.942,30</u>	<u>6.154.425,82</u>

O Contabilista Certificado


Pedro Magalhães Carvalho
Nº 40115

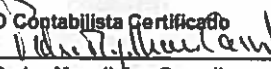
A Mesa Administrativa


Santa Casa da Misericórdia de Campo Maior
A Mesa Administrativa
por João Pedro e Paula

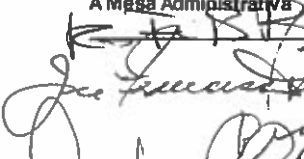
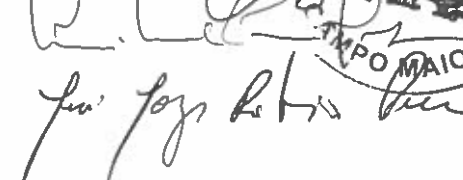

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CAMPO MAIOR

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA Período findo em 31 de dezembro de 2016 (Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	2016 (1)	2015 (2)
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		955.308,76	955.261,73
Pagamentos de subsídios		-	3.395,70
Pagamentos de apoios		-	(15.222,25)
Pagamentos a fornecedores		(551.410,18)	(383.541,49)
Pagamentos ao pessoal		(918.708,40)	(912.293,50)
Caixa gerada pelas operações		(514.809,82)	(352.399,81)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(65.036,22)	(66.392,00)
Outros recebimentos/pagamentos		673.094,06	490.686,68
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		93.248,02	71.894,87
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		158,00	-
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		-	530,24
Juros e rendimentos similares		-	(825,70)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		158,00	(295,46)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	150.000,00
Doações		5.476,23	6.724,75
Outras operações de financiamento		-	(110.000,00)
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(46.902,00)	(50.311,54)
Juros e gastos similares		(23.846,70)	(120.507,73)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(65.272,47)	(124.094,52)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		35.017,34	87.512,45
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4+11,2	63.150,89	35.017,34

O Contabilista Certificado

 Pedro Magalhães Carvalho
 N.º 40115

A Mesa Administrativa

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CAMPO MAIOR

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2016

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2016 (1)	2015 (1)
Vendas e serviços prestados	8	707.112,04	706.481,48
Subsídios, doações e legados à exploração	9	867.839,50	894.685,60
Trabalhos para a própria entidade		90.040,78	114.863,02
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(203.575,73)	(219.178,40)
Fornecimentos e serviços externos	13.2	(249.312,91)	(265.559,55)
Gastos com o pessoal	12	(1.355.706,86)	(1.339.245,88)
Imparidades de dívidas a receber (Perdas/Reversões)		3.100,53	14.366,99
Aumentos/reduções de justo valor		80,69	4.131,52
Outros rendimentos	8+13.5	247.313,79	216.871,37
Outros gastos	13.5	(95.471,75)	(127.018,96)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		11.420,08	397,19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5+6	(115.286,91)	(139.203,91)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		(103.866,83)	(138.806,72)
Juros e gastos similares suportados	13.6	(24.235,19)	(20.576,37)
Resultado antes de impostos (EBT)		(128.102,02)	(159.383,09)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(128.102,02)	(159.383,09)


O Contabilista Certificado

Pedro Magalhães Carvalho

Pedro Magalhães Carvalho
Nº 40115

A Mesa Administrativa

[Handwritten signatures]



[Handwritten signature]

Nome, Santa Casa da Misericórdia de Campo Maior.
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

ANEXO

EXERCÍCIO DE 2016.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 – Designação da Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Campo Maior

1.2 - Sede: Largo Dr. Alberto Santos, em Campo Maior.

1.3 – Natureza da atividade: A Santa Casa da Misericórdia de Campo Maior, foi constituída em 22 de Novembro de 1925, iniciando a sua atividade em Novembro desse mesmo ano e foi considerada, pessoa coletiva de utilidade pública administrativa que tem como principal finalidade a prática de atos de beneficência e assistência, criada pelo Despacho ministerial publicado no Diário da Republica II Série nº 126 de 1-6-1979 e tem como atividade principal com o código de atividade económica (CAE) nº 87902 – atividades de apoio social com alojamento, com o numero de identificação fiscal 500 867 658

1.4 – Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidades de euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – O referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o modelo contabilístico para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL

Portaria nº 220/2015, de 24 de julho – Modelos de demonstrações financeiras;

Portaria nº 218/2015, de 23 de Julho – Código das Contas;

Aviso 8259/2015, de 29 julho – NCRF-ESNL

Decreto-Lei nº 98/2015, de 02 de Junho - SNC

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com o exercício anterior

No presente exercício existem reexpressões de valores em Balanço decorrentes das alterações da Portaria 220/2015.

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da SCMCM, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada.

Activos fixos tangíveis

Ativo fixo tangível	2016	2015
Edifícios e outras construções	50 anos	50 anos
Equipamento básico	4 anos	4 anos
Equipamento de transporte	4anos	4anos
Equipamento administrativo	2 a 8 anos	2 a 8 anos
Outros activos fixos tangíveis	2 a 8 anos	2 a 8 anos

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração de resultados por naturezas.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gasto do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados por naturezas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Ativos Fixos Tangíveis em Situação de Arrendamento

Os ativos fixos tangíveis em situação de arrendamento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente.

Os ativos fixos tangíveis em situação de arrendamento são mensurados ao custo. Os custos suportados com os ativos fixos tangíveis em situação de arrendamento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre estes bens são reconhecidos como gasto no período a que se referem.

Imparidade de Ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam por ela controláveis e se possa mensurar com fiabilidade o seu valor. São amortizáveis a partir do momento em que se encontram em uso pela aplicação do método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos. Conforme quadro seguinte.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.

O custo com os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento em determinadas circunstâncias, são considerados como um gasto, sendo refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são finitas.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

Activos Intangíveis

Rubricas	2016	2015
Trespases	0	0

Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

Matérias -primas, subsidiárias e de consumo	Valorização	Método de custeio
	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
Outros custos incorridos, para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
Variações de justo valor

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram. Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos o custo estimado de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

Rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviço compreende o justo valor (fixado livremente entre as partes, numa base de independência) da contraprestação recebida ou a receber decorrentes da atividade normal da entidade. O rédito é reconhecido líquido do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) abatimentos e descontos.

A entidade reconhece o rédito da venda de bens quando este possa ser fiavelmente mensurável seja provável que obtenha benefícios económicos futuros, os riscos e vantagens significativas da propriedade do bem são transferidos para o comprador e não seja mantido um envolvimento continuado da gestão com grau associado de posse controlo efetivo dos bens vendidos. No caso da prestação de serviços, o reconhecimento do rédito encontra-se associado ao grau de acabamento do serviço.

Subsídios

No contexto da atual Lei de Bases da Segurança Social, as IPSS enquadram-se na função de solidariedade ou redistributiva, em que se acionam mecanismos de transferências sociais que têm como intuito responder a situações de carência, incluindo a prevenção ou reparação de situações de pobreza ou exclusão social.

Desde os primeiros estatutos das IPSS de 1979, reforçados com a Lei-quadro da Segurança Social, que o Estado reconhece o contributo das IPSS para prossecução dos objetivos da segurança social, e estabeleça que o apoio que lhes é prestado se concretiza sempre através de acordos, com os Centros Regionais de Segurança Social, que têm regras legais e estabelecem os direitos e obrigações de cada uma das partes. Estes acordos são uma forma de financiamento tendo em conta os serviços prestados pelas instituições.

O financiamento público às IPSS não se resume ao apoio financeiro, engloba também participações para equipamentos e instalações, verbas decorrentes do programa de luta nacional contra a pobreza, subsídios concedidos por entidades locais, isenções e regalias fiscais advindas do seu estatuto de utilidade pública.

Os subsídios apenas são reconhecidos quando existam garantias de que a entidade cumprirá as condições estipuladas para a sua concessão e que os mesmos irão ser recebidos. No caso dos subsídios relacionados com rendimentos, são reconhecidos na rubrica "Subsídios à exploração" do período a que se referem, independentemente da data do seu recebimento.

Já os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis e ou ativos intangíveis com vida útil finita são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica "Outras variações nos Fundos Patrimoniais", sendo subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática e relacional nos períodos contabilísticos considerados necessários para balanceá-los com gastos com eles relacionados. Os subsídios relacionados com ativos tangíveis não depreciáveis e ativos intangíveis com vida útil indefinida são mantidos nos Fundos Patrimoniais.

Imposto sobre o rendimento

A entidade não está sujeita a Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (Acréscce também a tributação autónoma sobre os encargos, e as taxas previsto no artigo 88.º do código do IRC).

Dívidas de Utentes e terceiros

As dívidas de utentes e terceiros não têm implícitos juros e são apresentadas no balanço pelo seu valor nominal deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas nas rubricas "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a refletir a sua quantia recuperável. As perdas por imparidade são registadas quando ocorram acontecimentos que indiquem, de forma objetiva e quantificável, que parte ou mesmo a totalidade do saldo em dívida não será recuperável. O desreconhecimento das dívidas de utentes ocorre apenas quando os direitos contratuais aos recebimentos resultantes do ativo financeiro se realizam, expiram ou são transferidos para outra entidade.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros (fornecedores e outros) são registadas ao custo e apresentadas no passivo corrente. O seu desreconhecimento verifica-se quando ocorre a liquidação, cancelamento ou expiração dessas dívidas (cessação das obrigações decorrentes dos contratos).

Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal da operação, e os gastos associados são reconhecidos de imediato na demonstração de resultados. Os gastos de financiamento (juros e outros) incorridos no período são registados como gastos na demonstração de resultados de acordo com o regime do acréscimo. Os empréstimos superiores a um ano são classificados no balanço como passivos não correntes.

Periodização

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos.»

Caixa e depósitos bancários

Os valores incluídos na rubrica " Caixa e depósitos bancários" traduzem-se nos montantes de caixa, depósitos a prazo e outros depósitos bancários, que não tenham quaisquer restrições de movimentação, sendo reconhecidos no ativo corrente.

Benefícios de empregados

Os benefícios dos empregados incluem diversas rubricas como sejam, salários, ordenados, retribuições por trabalho extraordinário, subsídios de alimentação isenção de horário de trabalho, etc. São ainda acrescidos os encargos com as contribuições para a segurança social, bem como seguros de acidentes de trabalho.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídios de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

3.2 – Outras políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuadas juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da SCMCM.

4 — FLUXOS DE CAIXA

4.1 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Decomposição da caixa e equivalentes da demonstração dos fluxos de caixa

	2016	2015
Caixa	21.117,14	1.496,67
Depósitos à ordem	42.033,75	33.520,67
Outros depósitos bancários	0,00	0,00
	63.150,89	35.017,34

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da SCMCM.

5 — Ativos fixos tangíveis

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e os ativos fixos tangíveis em situação de arrendamento encontram-se registados ao custo de aquisição e reavaliados em 2001, pelo trabalho externo da PHIMO – Avaliação, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta.

c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros.

Rubricas	31 de Dezembro de 2015					
	Saldos em 01/01/2015	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	Saldos em 31/12/2015
Custo:						
Bens do património histórico e cultural	25.430,15					25.430,15
Terrenos e recursos naturais	375.370,00					375.370,00
Edifícios e outras construções	5.020.707,72					5.020.707,72
Equipamento básico	1.012.180,02	4.804,58				1.016.984,60
Equipamento de transporte	226.788,58					226.788,58
Equipamento administrativo	487.904,20	215,20				488.119,40
Outros ativos fixos tangíveis	10.230,73					10.230,73
	7.158.611,40	5.019,78	0,00	0,00	0,00	7.163.631,18
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	3.030.437,29	73.744,08				3.104.181,37
Equipamento básico	925.084,22	43.494,06				968.578,28
Equipamento de transporte	218.899,90	3.944,40				222.844,30
Equipamento administrativo	481.372,76	2.335,33				483.708,09
Outros ativos fixos tangíveis	35.290,73	185,16				35.475,89
	4.691.084,90	123.703,03	0,00	0,00	0,00	4.814.787,93
	2.467.526,50	-118.683,26	0,00	0,00	0,00	2.348.843,25

Rubricas	31 de Dezembro de 2016					
	Saldos em 01/01/2016	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	Saldos em 31/12/2016
Custo:						
Investimentos em curso		147980,50				147.980,50
Bens do património histórico e cultural	25.430,15					25.430,15
Terrenos e recursos naturais	375.370,00					375.370,00
Edifícios e outras construções	5.020.707,72					5.020.707,72
Equipamento básico	1.016.984,60	3.734,00				1.020.718,60
Equipamento de transporte	226.788,58					226.788,58
Equipamento administrativo	488.119,40					488.119,40
Outros ativos fixos tangíveis	10.230,73					10.230,73
	7.163.631,18	151.714,50	0,00	0,00	0,00	7.315.345,68
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	3.104.181,37	73.744,08				3.177.925,45
Equipamento básico	968.578,28	19.468,24				988.046,52
Equipamento de transporte	222.844,30	3.944,28				226.788,58
Equipamento administrativo	483.708,09	1.848,06				485.556,15
Outros ativos fixos tangíveis	35.475,89	184,99				35.660,88
	4.814.787,93	99.189,65	0,00	0,00	0,00	4.913.977,58
	2.348.843,25	52.524,85	0,00	0,00	0,00	2.401.368,10

Ativos Fixos Tangíveis em Situação de Arrendamento

Rubricas	31 de Dezembro de 2015					
	Saldos em 01/01/2015	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	Saldos em 31/12/2015
Custo:						
Terrenos de edifícios	1.331.475,00					1.331.475,00
Terrenos rústicos	1.986.891,25					1.986.891,25
Edifícios e outras construções	3.452.883,49					3.452.883,49
	6.771.249,74	0,00	0,00	0,00	0,00	6.771.249,74
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	3.271.634,47	15.500,88				3.287.135,35
	3.271.634,47	15.500,88	0,00	0,00	0,00	3.287.135,35
	3.499.615,27	-	-	-	-	3.484.114,39

Rubricas	31 de Dezembro de 2016					
	Saldos em 01/01/2016	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	Saldos em 31/12/2016
Custo:						
Terrenos de edifícios	1.331.475,00					1.331.475,00
Terrenos rústicos	1.986.891,25					1.986.891,25
Edifícios e outras construções	3.452.883,49					3.452.883,49
	6.771.249,74	0,00	0,00	0,00	0,00	6.771.249,74
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	3.287.135,35	16.097,26				3.303.232,61
	3.287.135,35	16.097,26	0,00	0,00	0,00	3.303.232,61
	3.484.114,39	-	-	-	-	3.468.017,13

QUADRO RESUMO		
	2016	2015
Total Rubrica Ativos Fixos Tangíveis	5.869.385,23	5.832.957,64
Ativos Fixos Tangíveis	7.315.345,68	7.163.631,18
Depreciações Acumuladas	(4.913.977,58)	(4.814.787,93)
Ativos Fixos Tangíveis em Situação de Arrendamento	6.771.249,74	6.771.249,74
Depreciações Acumuladas	(3.303.232,61)	(3.287.135,35)

6 — Ativos intangíveis

Os ativos fixos intangíveis adquiridos encontram-se registrados ao custo de aquisição.

A vida útil é indefinida, encontra-se no quadro seguinte:

Rubricas	31 de Dezembro de 2015					
	SalDOS em 01/01/2015	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	SalDOS em 31/12/2015
Custo:						
Trespases	3.025,00					3.025,00
	3.025,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.025,00
Depreciações acumuladas						0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3.025,00	-	-	-	-	3.025,00

Rubricas	31 de Dezembro de 2016					
	SalDOS em 01/01/2016	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	SalDOS em 31/12/2016
Custo:						
Trespases	3.025,00					3.025,00
	3.025,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.025,00
Depreciações acumuladas						0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3.025,00	-	-	-	-	3.025,00

7 — Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento.

Indicação do sistema de inventário e forma de custeio utilizados encontram-se no quadro seguinte:

Sistema de inventário

Intermitente

Forma de custeio

Custo médio ponderado

Quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período

A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, detalham-se conforme segue:

Movimentos	31 de Dezembro de 2016			31 de Dezembro de 2015		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Existência inicial em 1 de Janeiro	7.599,55		7.599,55	8.833,14		8.833,14
Regularizações	(1.347,87)		(1.347,87)	(2.504,56)		(2.504,56)
Compras	204.655,96		204.655,96	220.449,37		220.449,37
Existência final em 31 de Dezembro	7.331,91		7.331,91	7.599,55		7.599,55
CMVMC	203.575,73		206.271,47	219.178,40		219.178,40

8 — Rédito

Quantia de cada categoria significa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rubricas	31-12-2016	31-12-2015	Varição
Prestação de Serviços			
Infância e juventude			
Creches	120.479,80	120.580,03	-100,23
Pré-escolar	93.383,96	82.169,47	11.214,49
Terceira Idade			
Lares	377.188,83	397.239,39	-20.050,56
Centro de dia	59.621,07	58.291,84	1.329,23
Apoio domiciliário	53.111,38	41.577,75	11.533,63
Quotizações	3.327,00	3.553,00	-226,00
Refeições de Ouguela		3.070,00	-3.070,00
Solidária			0,00
Higiolimpa			0,00
Radio			0,00
Sub totais	707.112,04	708.481,48	630,56
Outros Rendimentos			
Outros rendimentos suplementares	39.313,39	42.970,37	-3.656,98
Rendimentos e ganhos em Investimentos não financeiros			
Alienações em Imob. Corpóreas	21.750,00		21.750,00
Terrenos e recursos naturais	49.842,19	46.553,99	3.288,20
Edifícios e outras construções	115.477,32	110.969,69	4.507,63
Donativos		222,00	-222,00
Outros	20.930,89	16.155,32	4.775,57
Sub totais	247.313,79	216.871,37	30.442,42
Juros			
Juros de depósitos bancários			0,00
Sub totais	0,00	0,00	0,00
Saldo final em 31 de Dezembro	954.425,83	923.352,85	31.072,98

9 — Subsídios do Governo

Os subsídios recebidos pela entidade foram os seguintes:

Subsídio	Natureza	31 de Dezembro de 2016		
		Capitais Próprios	Passivo	Dem. Resultados
CRSS	Não reembolsável			776.379,90
IEFP	Não reembolsável			9.324,16
INR, IP	Não reembolsável			6.449,70
ICGP	Não reembolsável			
POISE	Não reembolsável			67.543,58
Município Campo Maior	Não reembolsável			762,22
Doações e Heranças	Não reembolsável			7.379,94
Total		0,00	0,00	867.839,50

Subsídio	Natureza	31 de Dezembro de 2015		
		Capitais Próprios	Passivo	Dem. Resultados
CRSS	Não reembolsável			762.455,88
IEFP	Não reembolsável			75.376,41
INR, IP	Não reembolsável			3.608,60
ICGP	Não reembolsável			44.675,12
Município Campo Maior	Não reembolsável			
Doações e Heranças	Não reembolsável			8.569,59
Total		0,00	0,00	894.685,60

10 — ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

11 — INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contábilísticas

Bases de mensuração utilizadas, para os instrumentos financeiros e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

11.1 – Ativo corrente / Passivo corrente.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Ativo corrente / Passivo corrente» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2016			31/12/2015		
	Ativos Financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos Financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Ativos						
Inventários	7.331,91		7.331,91	7.599,55		7.599,55
Créditos a Receber	42.968,20	5.229,78	37.738,42	40.794,48		40.794,48
Clientes C/C	91,50		91,50	1.456,40		1.456,40
Utentes	34.496,47	5.229,78	29.266,69	39.339,08		39.339,08
Clientes com rendas			0,00			-
Clientes de cobrança duvidosa	885,72		885,72			-
Utentes de cobrança duvidosa	7.494,51		7.494,51			-
Estado e entes públicos	17.997,70		17.997,70	7.935,87		7.935,87
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	5.732,00		5.732,00	6.589,00		6.589,00
Diferimentos	4.102,18		4.102,18	4.244,65		4.244,65
Outros ativos correntes	196.619,90		196.619,90	214.060,72		214.060,72
Caixa e depósitos bancários	63.150,89		63.150,89	35.017,34		35.017,34
Total do Ativo	337.902,78	5.229,78	332.673,00	316.241,61	-	316.241,61
Passivos						
Fornecedores	170.042,98		170.042,98	75.961,07		75.961,07
Estado e entes públicos	33.595,73		33.595,73	30.777,02		30.777,02
Financiamentos obtidos	78.867,70		78.867,70	332.100,19		332.100,19
Outros passivos correntes	268.016,81		268.016,81	228.036,38		228.036,38
Total do Passivo	550.523,22	-	550.523,22	666.874,66	-	666.874,66
Total Líquido	-212.620,44	5.229,78	-217.850,22	-350.633,05	0,00	-350.633,05

11.2 – Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Outros ativos e passivos		
Ativos		
Caixa	21.117,14	1.496,67
Depósitos bancários	42.033,75	33.520,67
Total	63.150,89	35.017,34

11.3 – Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Financiamentos obtidos» apresentava a seguinte decomposição:

Instituição de Crédito e sociedade financeira	31-12-2016			31-12-2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Banco Espírito Santo	50.063,92	365.800,92	415.864,84	82.100,19	414.821,60	496.921,79
Caixa Geral de Depósitos	16.666,68	233.333,32	250.000,00	250.000,00		250.000,00
Caixa Works	12.137,10		12.137,10			
Totais	78.867,70	599.134,24	678.001,94	332.100,19	414.821,60	746.921,79

Como garantia real do empréstimo bancário do BES constituído em 26 de Novembro de 2009, foi efetuada uma hipoteca voluntária sobre o prédio rústico denominado " Herdade da Grulha ", sito na freguesia da assunção concelho de Arronches, inscrito na matriz sob o art.º 13 da secção II e descrito na conservatória do registo predial de Arronches sob o nº 2414 da freguesia da Assunção pelo montante de 1 233 000,00 Euros.

Como garantia real do empréstimo bancário da CGD constituído em 06 de Agosto de 2015, foram efetuadas hipotecas voluntárias sobre os seguintes imóveis; prédio na Avenida Calouste Gulbenkian, nº 31 e 33 no concelho de Campo Maior na freguesia de São João Batista com os artigos 1207 e 1208 e prédio na Avenida da Liberdade, nº 22 no concelho de Campo Maior na freguesia de São João Batista com o artigo 2906 pelo montante de 401.819,68 euros.

11.4 – Investimentos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Investimentos Financeiros» apresentava a seguinte decomposição:

Investimentos Financeiros

Empresa	2016			2015		
	Valor aquisição	Imparidade	Quantia Escriturada	Valor aquisição	Imparidade	Quantia Escriturada
Cooperativa Rayamaior	500,00	-	500,00	500,00	-	500,00
FCT	3.359,07	-	3.359,07	1.701,57	-	1.701,57
		-	-		-	-
Total	3.859,07	-	3.859,07	2.201,57	-	2.201,57

11.5 – Outros Ativos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Outros ativos correntes» apresentava a seguinte decomposição correspondente a aplicações de tesouraria de curto prazo:

Outros Ativos Correntes

Descrição	2016	2015
Ativos Financeiros	98.749,58	122.518,68
Outras Aplicações de Tesouraria - CaixaGest	62.600,92	122.518,68
Outras Aplicações de Tesouraria - CaixaGest Liquidez	36.148,66	
Fornecedores (Saldo devedores)	17,01	
Pessoal	334,83	456,08
Financiamentos Obtidos (saldo devedores)	1.264,30	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	73.217,75	81.024,31
Outras Receitas Acrescidas - ACIDI	-	(2.961,08)
Outras Receitas Acrescidas - Centro Distrital Segurança Social	65.021,24	63.334,16
Outras Receitas Acrescidas - IEFP	4.807,20	20.651,23
Outras Receitas Acrescidas - POISE	3.389,31	
Outros Devedores	23.036,43	10.061,65
Devedores Diversos	22.035,06	6.326,15
Utentes Rendas	1.001,37	3.735,50
	196.619,90	214.060,72

11.6 – Outros Passivos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Outros passivos correntes» apresentava a seguinte decomposição:

Outros Passivos Correntes

Descrição	2016	2015
Adiantamentos de Utentes (valores á guarda)	70.717,56	30.461,00
Adiantamentos ao Pessoal	247,50	0,00
Credores por acréscimos de gastos	197.051,75	197.575,38
Remunerações a Liquidar	189.147,97	189.152,05
Faturas Despesas Fixas	7.903,78	8.423,33
	268.016,81	228.036,38

12 — Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes, tendo a entidade a 31/12/2016 um total de 117 funcionários:

12.1 – Gastos com pessoal

Gastos com o pessoal	31-12-2016	31-12-2015
Remunerações do pessoal	1.069.785,46	1.059.733,82
Encargos sobre remunerações	237.590,99	229.651,36
Seguros	10.334,08	10.376,27
Outros gastos com o pessoal	37.996,33	39.484,43
Total	1.355.706,86	1.339.245,88

12.2 – Pessoal e utentes por valência:

Valências	31-12-2016		31-12-2015	
	Nº médio de funcionários	Nº médio de utentes	Nº médio de funcionários	Nº médio de utentes
Centro de dia	3	28	3	30
Lar Santa Beatriz	42	55	44	65
Apoio Domiciliário	4	22	4	27
Jardim de Infância	14	46	19	63
Centro Comunitário de Ouguela			1	5
Creche Cantinho dos Sonhos	7	33	4	40
Pré-escolar	11	73	14	75
Serviços Apoio Administração	12		23	
Serviços Gerais	11			
Empresa Inserção Higiolimpa			1	
Projeto RLIS	2		3	
Gabinete Alzheimer M@ior	1		1	
Total	107	257	117	305

13 — Outras informações

13.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Rubricas	31 de Dezembro de 2016		31 de Dezembro de 2015	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Estado e outros entes públicos				
Ativos				
Imposto sobre o valor acrescentado	17.997,70	17.997,70	7.935,87	7.935,87
Total do ativo	17.997,70	17.997,70	7.935,87	7.935,87
Passivos				
Trabalho Dependente	5.121,62	5.121,62	5.026,40	5.026,40
Trabalho Independente	972,13	972,13	556,50	556,50
Contribuições para a segurança social	26.731,43	26.731,43	24.866,08	24.866,08
Outras tributações	770,55	770,55	328,04	328,04
Total do passivo	33.595,73	33.595,73	30.777,02	30.777,02
Total liquido	-15.598,03	-15.598,03	-22.841,15	-22.841,15

13.2 – Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Fornecimentos e serviços externos» apresentava a seguinte decomposição:

Fornecimentos e Serviços Externos	31-12-2016	31-12-2015
Serviços especializados	84.936,90	100.870,78
Materiais	17.155,32	13.242,11
Energia e fluidos	112.595,23	111.198,40
Deslocações, estadas e transporte	2.605,98	4.193,61
Serviços diversos	32.019,48	36.054,65
Total	249.312,91	265.559,55

13.3 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	31-12-2016		31-12-2015	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Ativos				
Gastos a reconhecer				
Seguros	4.102,18	4.102,18	4.244,65	4.244,65
Total	4.102,18	4.102,18	4.244,65	4.244,65

13.4 – Fundos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Rubricas	31 de Dezembro de 2016					
	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Aplicação	Transferências	Saldo Final
Fundos	1.246.994,74	0,00	0,00	0,00	0,00	1.246.994,74
Fundos	1.246.994,74					1.246.994,74
Outras variações nos fundos patrimoniais	245.232,18	154.199,30	39.542,00	0,00	0,00	359.889,48
Subsídios	231.098,18	132.729,30	18.072,00			345.755,48
Doações	14.134,00	21.470,00	21.470,00			14.134,00
Resultados Transitados	3.723.694,36	0,00	159.383,09	0,00	0,00	3.564.311,27
Resultados Transitados	3.723.694,36		159.383,09			3.564.311,27
Reservas	16.191,37	0,00	0,00	0,00	0,00	16.191,37
Reservas especiais	16.191,37					16.191,37
Resultado Líquido do Exercício	-159.383,09		128.102,02		159.383,09	-128.102,02
Total dos Fundos Patrimoniais	5.072.729,56	154.199,30	327.027,11	0,00	159.383,09	5.059.284,84

Rubricas	31 de Dezembro de 2015					
	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Aplicação	Transferências	Saldo Final
Fundos	1.246.994,74	0,00	0,00	0,00	0,00	1.246.994,74
Fundos	1.246.994,74					1.246.994,74
Outras variações nos fundos patrimoniais	275.286,38	44.675,12	74.729,32	0,00	0,00	245.232,18
Subsídios	260.930,38	44.675,12	74.507,32			231.098,18
Doações	14.356,00		222,00			14.134,00
Resultados Transitados	3.989.057,18	0,00	265.362,82	0,00	0,00	3.723.694,36
Resultados Transitados	3.989.057,18		265.362,82			3.723.694,36
Reservas	16.191,37	0,00	0,00	0,00	0,00	16.191,37
Reservas especiais	16.191,37					16.191,37
Resultado Líquido do Exercício	-265.362,82		159.383,09		265.362,82	-159.383,09
Total dos Fundos Patrimoniais	5.262.166,85	44.675,12	499.475,23	0,00	265.362,82	5.072.729,56

13.5 – Outros gastos/outros rendimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 as contas de outros gastos/outros rendimentos apresentavam a seguinte decomposição:

	2016	2015
Outros Gastos	95.471,75	127.018,96
Impostos	943,25	28,14
Impostos Indirectos	943,25	28,14
Dívidas Incobráveis	1.102,50	6.253,78
Gastos e Perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00
Outros	93.426,00	120.737,04
Correções relativas a períodos anteriores	118,06	1.442,68
Quotizações	3.267,16	4.191,34
Outros não especificados (Alimentação Lar)	90.040,78	115.103,02
Outros Rendimentos	247.313,79	216.871,37
Rendimentos Suplementares	39.313,39	42.970,37
Rendimentos e Ganhos em investimentos não financeiros	187.069,51	157.523,68
Outros	20.930,89	16.377,32
Correções relativas a períodos anteriores	2.970,58	0,10
Imputação de subsídios para investimento	17.063,61	16.055,22
Outros não especificados	896,70	322,00

13.6 – Meios Líquidos de Financiamento

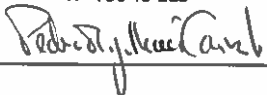
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica dos meios líquidos de financiamento apresentavam a seguinte decomposição:

	2016	2015
Gastos e Perdas de financiamento	24.235,19	20.576,37
Juros Suportados	24.235,19	20.576,37
Juros de financiamento obtidos	24.228,93	14.626,82
Outros juros	6,26	5949,55

O CONTABILISTA CERTIFICADO

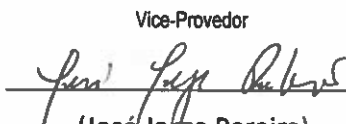
Pedro Magalhães Carvalho

Nº Toc 40 115



A MESA ADMINISTRATIVA
Provedor

(Luís Eduardo Pereira Machado)

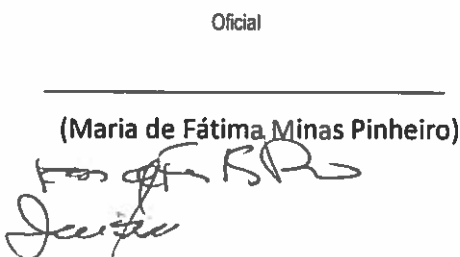
Vice-Provedor

(José Jorge Pereira)

Tesoureiro

(Henrique Costal)

Secretário

(José Francisco Encarnação)

Oficial

(Maria de Fátima Minas Pinheiro)



Campo Maior, 27 de Março de 2017.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CAMPO MAIOR

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALENCIAS

- 900101 – LAR DE IDOSOS
- 900102 – CENTRO DE DIA
- 900103 – APOIO DOMICILIÁRIO
- 900104 – CENTRO COMUNITÁRIO DE OUGUELA
- 900110 – CANTINAS SOCIAIS
- 900201 – CRECHE
- 900202 – PRÉ ESCOLAR
- 900203 – C.SONHOS
- 900405 – CULTO
- 900406 – EXPLORAÇÃO AGRICOLA
- 900512 – SOLIDARIA
- 900513 – HIGIOLIMPA
- 900632 – FORMAÇÃO INICIAL FORMADORES
- 900633 – PROJETO RECOMEÇAR
- 900637 – PRODER
- 900638 – MEDIDAS ESTIMULO 2012
- 900639 – PROJETO ESCOLHAS
- 900640 – PROJETO PRODER
- 900641 – GABINETE ALZHEIMER
- 900643 – ESTAGIO
- 900645 – INR ACESS
- 900646 – INR ESCOLA
- 900647 – RLIS
- 900648 – REATIVAR
- 900649 – FUNDO RAINHA D.LEONOR
- 900650 – INR COACHING CUIDAR
- 900647 – INR IMAGEM POSITIVA
- 900652 – INR ESPAÇO ESTIMULO
- 900701 – RADIO
- 900626 – PROJETO MASES

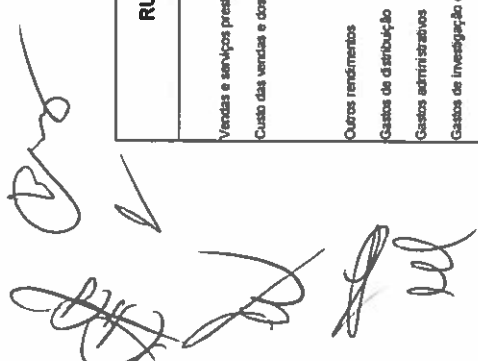


RUBRICAS	900101 - LAB DE DOSIOS			900102 - CENTRO DE DIA			900103 - APOIO DOMICILIAR			900104 - CENTRO COMUNITARIO DE OUVEL			900110 - CANTINAS SOCIAIS		
	2016	2015	Variacao	2016	2015	Variacao	2016	2015	Variacao	2016	2015	Variacao	2016	2015	Variacao
Vendas e servicos prestados	378.104,46	360.067,54	5,26%	59.021,07	58.291,84	2,26%	63.289,38	41.765,59	27,62%	3.070,00	-100,00%	269,60	262,22	-11,17%	
Custo das vendas e dos servicos prestados	-749.491,18	-623.899,62	20,11%	-35.324,65	-32.266,50	12,62%	-52.022,03	-47.598,72	11,16%	-10.999,35	-98,29%	-49.416,58	-55.535,92	-11,02%	
Resultado bruto	-370.386,73	-263.832,08	40,36%	23.696,42	26.025,34	-10,52%	377,35	-8.528,13	-106,47%	-7.929,35	-87,63%	-49.146,98	-55.273,69	-11,02%	
Outros rendimentos	475.088,69	508.582,22	-4,67%	37.839,40	40.604,53	-6,81%	69.981,26	67.765,68	3,24%			53.624,80	60.980,65	-11,73%	
Gastos de distribuicao															
Gastos administrativos	-187.206,10	-201.167,18	-6,95%	-14.691,81	-17.281,44	-14,89%	-18.116,14	-17.422,21	3,96%	-6.183,21	-100,00%	-14.075,96	-12.205,53	15,32%	
Gastos de Investigacao e desenvolvimento															
Outros gastos	-8.725,63	-18.985,45	-54,04%	-45.669,15	-47.646,63	-3,49%	-35.483,31	-36.113,52	-1,75%	-954,00	-100,00%	-746,27	-2.066,60	-63,89%	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-91.231,77	24.507,51	-472,26%	454,66	1.712,80	-73,44%	16.789,26	8.417,02	99,11%	-187,56	-18,066,56	-98,78%	-10.154,41	-8.535,17	18,97%
Gastos de financiamento	-13.654,24	-12.634,18	8,73%				-1.369,45	-1.067,63	26,66%				-1.691,00	-1.692,37	11,74%
Resultado antes de impostos	-105.186,01	11.673,33	#####	454,66	1.712,80	-73,44%	15.389,81	7.329,39	109,93%	-187,56	-18,066,56	-98,78%	-12.045,41	-10.227,54	17,77%
Imposto sobre o rendimento															
Resultado liquido do periodo	-105.186,01	11.673,33	#####	454,66	1.712,80	-73,44%	15.389,81	7.329,39	109,93%	-187,56	-18,066,56	-98,78%	-12.045,41	-10.227,54	17,77%
Unidade monetaria Euro															

RUBRICAS	900201 - CRECHE			900202 - PRÉ ESCOLAR			900203 - C. SONHOS			900406 - CULTO			900408 - EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA		
	2016	2015	Variação	2016	2015	Variação	2016	2015	Variação	2016	2015	Variação	2016	2015	Variação
	Vendas e serviços prestados	77.459,56	76.443,33	1,33%	93.935,58	82.868,09	13,44%	43.432,09	44.354,89	-2,06%					
Custo das vendas e dos serviços prestados	-194.133,07	-229.671,17	-15,47%	-198.824,25	-190.887,54	3,12%	-150.298,12	-74.528,91	101,68%	-89,76	-100,00%	-100,00%	-14.465,12	-14.078,76	2,74%
Resultado bruto	-116.673,51	-153.227,84	-23,86%	-102.888,37	-107.989,45	-4,78%	-106.864,03	-30.174,02	254,18%	0,00	-99,76	-100,00%	-14.465,12	-14.078,76	2,74%
Outros rendimentos	142.254,86	139.874,86	1,70%	192.360,74	198.443,43	-2,08%	128.079,44	107.221,79	19,45%				9.147,66	9.200,20	-1,22%
Gastos de distribuição															
Gastos administrativos	-22.758,44	-24.229,32	-6,07%	-38.736,17	-42.105,93	-8,00%	-34.816,64	-16.949,36	105,42%				-5.031,19	-2.900,45	94,44%
Gastos de investigação e desenvolvimento															
Outros gastos	-925,05	-763,05	21,23%	-1.565,05	-4.535,59	-65,42%	-938,56	-1.568,20	-40,07%						
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.897,83	-38.346,36	-104,95%	49.371,15	41.864,46	17,85%	-14.539,81	64.632,19	-124,84%	0,00	-99,76	-100,00%	-10.968,65	-7.725,01	41,99%
Gastos de financiamento				-4.020,43	-3.096,40	8,71%	-3.000,07	-1.263,59							
Resultado antes de impostos	1.897,83	-38.346,36	-104,95%	45.350,72	38.268,06	18,55%	-17.539,88	67.268,69	-130,63%	0,00	-99,76	-100,00%	-10.968,65	-7.725,01	41,99%
Imposto sobre o rendimento															
Resultado líquido do período	1.897,83	-38.346,36	-104,95%	45.350,72	38.268,06	18,55%	-17.539,88	67.268,69	-130,63%	0,00	-99,76	-100,00%	-10.968,65	-7.725,01	41,99%
Unidade monetária Euro															

RUBRICAS	900512 - SOLUARIA			900513 - HIGIOLARIA			900632 - FORMACAO INICIAL FORMADORES			900633 - PROJETO RECOMEÇAR			900637 - PRODER		
	2016	2015	Variação	2016	2015	Variação	2016	2015	Variação	2016	2015	Variação	2016	2015	Variação
Vendas e serviços prestados	0,00	39.397,98	-100,00%												
Custo das vendas e dos serviços prestados	-17.645,84	-118.859,48	-85,17%	-1.390,06	-19.652,10	-92,93%									
Resultado bruto	-17.645,84	-79.591,50	-77,83%	-1.390,06	-18.662,18	-82,83%	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Outras rendimentos	35,67	15.046,29	-99,76%	980,29	20.968,50	-95,32%	4.500,00						7.907,07	7.907,07	0,00%
Gastos de distribuição															
Gastos administrativos		-1.659,72	-100,00%	-4,56	-2.214,07	-99,79%	-3.924,50								
Gastos de investigação e desenvolvimento															
Outros gastos		-23.635,02	-100,00%												
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-17.610,17	-89.838,95	-80,40%	-414,33	-897,67	-53,84%	575,50	0,00		0,00	0,00	-100,00%	7.907,07	7.907,07	0,00%
Gastos de financiamento															
Resultado antes de impostos	-17.610,17	-89.838,95	-80,40%	-414,33	-897,67	-53,84%	575,50	0,00		0,00	0,00	-100,00%	7.907,07	7.907,07	0,00%
Imposto sobre o rendimento															
Resultado líquido do período	-17.610,17	-89.838,95	-80,40%	-414,33	-897,67	-53,84%	575,50	0,00		0,00	0,00	-100,00%	7.907,07	7.907,07	0,00%
Unidade monetária Euro															

RUBRICAS	900638 - MEDIA ESTABILDO 2012		900639 - PROJETO ESCOLHAS		900640 - PROJETO PROODER		900641 - GABINETE ALZHEMER		900643 - ESTAGIO	
	2016	2015	2016	Variação	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Vendas e serviços prestados										
Custo das vendas e dos serviços prestados	-20.754,45	-19.363,56	-49.013,42	-100,00%					3.148,44	-26.536,52
Resultado bruto	-20.754,45	-19.363,56	-49.013,42	-100,00%	0,00	0,00	-26.022,65	-34.214,18	3.148,44	-28.636,52
Outros rendimentos	219,24	3.773,04	47.175,12	-100,00%	8.148,15	8.148,15	1.115,00	745,00	865,00	8.791,16
Gastos de distribuição										
Gastos administrativos			-27.344,07	-100,00%			-1.362,64	-1.311,93		
Gastos de investigação e desenvolvimento										
Outros gastos										
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-20.537,21	-15.610,52	-25.182,37	-100,00%	8.148,15	8.148,15	-20.290,29	-34.781,11	4.034,24	-19.745,36
Gastos de financiamento										
Resultado antes de impostos	-20.537,21	-15.610,52	-25.182,37	-100,00%	8.148,15	8.148,15	-20.290,29	-34.781,11	4.034,24	-19.745,36
Imposto sobre o rendimento										
Resultado líquido do período	-20.537,21	-15.610,52	-25.182,37	-100,00%	8.148,15	8.148,15	-20.290,29	-34.781,11	4.034,24	-19.745,36
Unidade monetária Euro										



RUBRICAS	900645 - RR ACCESS		900646 - RR ESCOLA		900647 - RUS		900648 - REATUAR		900649 - FURDO BANHA D LEONOR	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Vendas e serviços prestados										
Custo das vendas e dos serviços prestados										
Resultado bruto	0,00	-441,88	0,00	-3.882,24	1.845,50	-8.704,90	-4.910,14	-420,74	0,00	0,00
		-100,00%		-100,00%	100,00%	-127,53%	-4.910,14	-100,00%	0,00	100,00%
Outros rendimentos										
Gastos de distribuição		1.787,47		1.841,13			2.017,64			
		-100,00%		-100,00%			100,00%			100,00%
Gastos administrativos		-1.787,47			-589,25					-1.115,00
Gastos de Investigação e desenvolvimento										
Outros gastos										
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	0,00	-441,88	0,00	-1.841,13	1.256,35	-8.704,90	-2.892,50	-420,74	-1.115,00	0,00
Gastos de financiamento										
Resultado antes de impostos	0,00	-441,88	0,00	-1.841,13	1.256,35	-8.704,90	-2.892,50	-420,74	-1.115,00	0,00
		-100,00%		-100,00%	100,00%	-118,74%	-2.892,50	587,48%	-1.115,00	100,00%
Imposto sobre o rendimento										
Resultado líquido do período	0,00	-441,88	0,00	-1.841,13	1.256,35	-8.704,90	-2.892,50	-420,74	-1.115,00	0,00
		-100,00%		-100,00%	100,00%	-118,74%	-2.892,50	587,48%	-1.115,00	100,00%
Unidade monetária Euro										

RUBRICAS	900650 - IRR COACHING CURDAR		900647 - IRR IMAGEM POSITIVA		900682 - IRR ESPAÇO ESTÍMULO		900701 - RAOKO		900678 - PROJETO IMASES			
	2016	2015	Variação	2016	2015	Variação	2016	2015	Variação	2016	2015	Variação
Vendas e serviços prestados	-3.333,74		100,00%									
Custo das vendas e dos serviços prestados	-3.333,74	0,00	100,00%	-3.327,71	0,00	100,00%	-1.844,88	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Resultado bruto												
Outros rendimentos	1.801,59		100,00%	1.801,59			2.846,52		100,00%			
Gastos de distribuição	-284,20			-275,47			-1.713,27		100,00%			
Gastos administrativos												
Gastos de investigação e desenvolvimento												
Outros gastos												
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-1.816,35	0,00	100,00%	-1.801,59	0,00	100,00%	-711,63	0,00	100,00%	0,00	-81,48	-100,00%
Gastos de financiamento												
Resultado antes de impostos	-1.816,35	0,00	100,00%	-1.801,59	0,00	100,00%	-711,63	0,00	100,00%	0,00	-81,48	-100,00%
Imposto sobre o rendimento												
Resultado líquido do período	-1.816,35	0,00	100,00%	-1.801,59	0,00	100,00%	-711,63	0,00	100,00%	0,00	-81,48	-100,00%
Unidade monetária Euro												

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CAMPO MAIOR (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 6.208.942 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.059.285 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 128.102 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

Decorrente do processo de inventariação dos imóveis efetuado em anos anteriores, conclui-se pela existência de ativos fixos tangíveis não registados na contabilidade, por dificuldades na validação da sua titularidade (doações, heranças, etc.). Por outro lado, os montantes inscritos nas referidas rubricas do balanço, correspondem a valores desatualizados, carecendo de adequadas avaliações. Da conjugação das situações antes referidas resulta a subvalorização do ativo não corrente da Entidade, em montantes que não quantificamos, por carência de informação técnica disponível.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

R

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

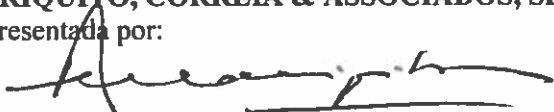
SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Linda-a-Pastora, 28 de março de 2017

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



António Francisco Escarameia Mariquito - ROC

